



MENINAS ADOLESCENTES E O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL NA SAÚDE PÚBLICA: A PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA NA ATENÇÃO BÁSICA

ANA LÍVIA GUANABARA LAUREANO; LUANA DA SILVA MELO; MARIANA PEREIRA; MAURÍCIO EUGÊNIO MALISKA

RESUMO

Introdução: A Atenção Básica desempenha um papel fundamental na garantia do cuidado integral à saúde, funcionando como a principal porta de entrada para os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A capacidade de integrar e coordenar os cuidados, desde as ações preventivas até os tratamentos especializados, é essencial para assegurar que a população tenha acesso contínuo e adequado à saúde. **Objetivo:** O estudo visa explorar as percepções dos profissionais de Psicologia sobre o acesso de meninas adolescentes aos serviços de saúde mental na Atenção Básica em Florianópolis/SC. **Metodologia:** Foram realizadas entrevistas semiestruturadas em formato digital com três psicólogas que atuam com adolescentes em Centros de Saúde situados em diferentes Distritos Sanitários da capital: Norte, Sul e Continente. Os dados foram analisados qualitativamente utilizando a técnica de análise de conteúdo (GOMES, 2002). **Resultados:** Os resultados revelaram que os determinantes sociais têm um impacto significativo no acesso das adolescentes à saúde mental. As psicólogas destacaram que a atuação da Psicologia na Atenção Básica enfrenta desafios como carências estruturais e a falta de profissionais em face de uma demanda crescente. As barreiras para o acesso incluem vulnerabilidade social, experiências de violência e sobrecarga de responsabilidades. Além disso, a falta de familiaridade com os serviços dos Centros de Saúde representa um obstáculo, evidenciando a necessidade de estratégias territoriais e de uma comunicação intersetorial mais eficaz. **Conclusão:** Para garantir um cuidado mais amplo e inclusivo às adolescentes, é crucial realizar mais estudos na área, investir em políticas públicas, promover a qualificação profissional e ampliar as estruturas físicas especializadas.

Palavras-chave: Atenção Primária de Saúde; Determinantes Sociais; Vulnerabilidade Social; Psicossocial; Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à saúde, garantido pela Constituição Federal de 1988, enfrenta desafios significativos devido às desigualdades sociais relacionadas a gênero, raça e classe, que podem aumentar a vulnerabilidade da população adolescente. Nesse contexto, a Atenção Básica desempenha um papel fundamental ao oferecer cuidado integral e abordar os fatores que influenciam a saúde coletiva. Para adolescentes, que estão passando por mudanças físicas, emocionais e sociais únicas, essa atenção é ainda mais crucial. A transição para a vida adulta traz desafios específicos, e a literatura aponta que transtornos mentais são comuns nessa fase, exigindo uma abordagem especializada, como apontado por Benetti *et al* (2007). Portanto, é essencial que o cuidado com adolescentes priorize a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, o fortalecimento dos vínculos familiares, a promoção de hábitos saudáveis e a prevenção de problemas de saúde mental, conforme as Diretrizes Nacionais para a Atenção

Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (BRASIL, 2010). Nesse cenário, a Psicologia desempenha um papel vital, contribuindo para a promoção da saúde integral e a prevenção de transtornos mentais entre adolescentes.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo apresenta uma pesquisa qualitativa, com o objetivo de interpretar e analisar fenômenos que não podem ser capturados por variáveis ou análises estatísticas (MINAYO, 2002). Classifica-se como exploratória-descritiva, proporcionando maior proximidade com o problema e descrevendo as características da população ou fenômeno (GIL, 2002; GIL, 2008). Também é um trabalho de campo, permitindo a produção de conhecimento a partir da realidade contextual (NETO, 2002).

A pesquisa envolveu psicólogas da Atenção Básica de Florianópolis, com critérios de inclusão de idade mínima de 18 anos, pelo menos 6 meses de atuação em Centros de Saúde e atendimento a meninas adolescentes. Foram selecionadas três psicólogas, uma de cada Distrito Sanitário (Norte, Sul e Continente), para oferecer uma visão abrangente dos Centros de Saúde. O estudo foi aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis e pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), sob o código nº 73907423.5.0000.0261.

A seleção das participantes iniciou com convites por e-mail às coordenações das equipes de saúde. Dada a baixa adesão, entrou-se em contato direto com a rede de contatos das pesquisadoras, resultando na participação de três psicólogas com 5 a 10 anos de experiência na Atenção Básica. A coleta de dados utilizou entrevistas semiestruturadas com um roteiro de seis perguntas, abordando a caracterização das profissionais, o perfil das adolescentes atendidas, o acesso aos serviços de Psicologia, demandas, e barreiras e facilitadores para acesso e continuidade dos serviços. As entrevistas foram realizadas por videoconferência (Google Meet e Zoom), com duração de 35 minutos a 1 hora e 10 minutos, gravadas e transcritas com autorização das participantes, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados foram analisados qualitativamente por Análise de Conteúdo, resultando em quatro categorias temáticas: *“Características e Principais Demandas das Adolescentes”*, *“Atuação da Psicologia na Atenção Básica”*, *“Discussões Acerca do Acesso de Meninas Adolescentes aos Serviços de Psicologia na Atenção Básica”*, a qual foi dividida em três subcategorias: 1) Formas de Acesso, 2) Barreiras e Facilitadores de Acesso e 3) Barreiras e Facilitadores na Continuidade do Acompanhamento Psicológico e, por fim, *“Estratégias e Reflexões de Intervenção”*.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CARACTERÍSTICAS E PRINCIPAIS DEMANDAS DAS ADOLESCENTES

Segundo as entrevistadas, a grande maioria das adolescentes atendidas na Atenção Básica em Florianópolis apresentam características marcadas pela vulnerabilidade social, como inserção precária no trabalho, acesso limitado à renda e falta de seguridade social. A fragilidade das relações sociais e vínculos familiares é frequentemente observada, com redes de apoio frágeis e, em muitos casos, ausência da figura paterna (Distritos Norte e Sul).

No Distrito Continente, a vulnerabilidade é mais acentuada, com frequentes violações de direitos e abusos que contribuem para sofrimento psicossocial, afetado por insegurança e violência. Tais vivências, contribuem para a manifestação de expressões de sofrimento psicossocial entre as jovens, revelando-se como um fenômeno socialmente determinado e impactado tanto por fatores estruturais quanto intermediários (SOLAR; IRWIN, 2010).

Ainda, a maioria das adolescentes atendidas é de população negra, exposta a

problemas como uso abusivo de drogas, criminalidade e discriminação. No âmbito da saúde mental, a vulnerabilidade da comunidade negra às questões como o uso abusivo de drogas, a criminalidade, o imaginário social discriminatório, o desemprego, a baixa escolaridade, a intolerância religiosa, as modulações da subjetividade, a invisibilidade e o contínuo processo de genocídio e extermínio dos jovens negros constituem alguns dos condicionantes de saúde com impactos devastadores na estrutura psíquica desta população (SANTOS, 2018).

Os marcadores sociais de gênero aumentam a propensão a comportamentos depressivos e ansiosos, refletindo a condição social das meninas (Hintikka et al., 2009; Schoen-Ferreira, 2007). A vulnerabilidade socioeconômica é um fator crítico, afetando diretamente o desenvolvimento e perpetuando um ciclo de desvantagens (Almeida et al., 2023).

As queixas das adolescentes incluem ansiedade, depressão, bullying, automutilação, isolamento social e violência doméstica, exacerbando o sofrimento psíquico e prejudicando o desenvolvimento saudável (Assis et al., 2009). A violência psicológica impacta a autoestima e a resiliência (Assis; Avanci, 2004; Assis et al., 2006; Garbarino et al., 1986), enquanto a transição precoce para a vida adulta, assumindo responsabilidades familiares, compromete o desenvolvimento biopsicossocial.

3.2 ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA ATENÇÃO BÁSICA

O estudo revelou diversas estratégias adotadas por psicólogas na Atenção Básica para abordar a saúde mental de adolescentes, com ênfase em uma abordagem integrada e sensível às questões sociais que afetam esse grupo. Tanto a psicóloga do Distrito Continente quanto a do Distrito Norte destacaram a importância do atendimento individual para realizar avaliações detalhadas e intervenções breves, buscando uma anamnese completa e um cuidado integral (CFP, 2019). Nos casos mais graves, essas profissionais também destacaram a necessidade de encaminhamento para o Centro de Atenção Psicossocial Infância-Juvenil (CAPSi) ou para o Ambulatório Infância e Juventude.

As psicólogas também mencionaram a realização de grupos terapêuticos, que oferecem um espaço seguro para adolescentes compartilharem experiências e desenvolverem habilidades para enfrentar desafios, alinhado às Diretrizes Nacionais para Atenção Integral ao Adolescente (BRASIL, 2010). Projetos em parceria com o CREAS e iniciativas como o Programa de Saúde na Escola (PSE) foram destacados como meios eficazes para promover a saúde mental nas escolas. Além disso, o trabalho colaborativo entre profissionais de diferentes áreas é fundamental para uma abordagem abrangente e integrada (Freire e Pichelli, 2013). Por fim, as profissionais ressaltaram a necessidade de educação continuada para aprimorar a abordagem da saúde mental nas escolas e na comunidade, em consonância com Tristão e Avellar (2019).

3.3 DISCUSSÕES ACERCA DO ACESSO DE MENINAS ADOLESCENTES AOS SERVIÇOS DE PSICOLOGIA NA ATENÇÃO BÁSICA

3.3.1 Formas de Acesso

As psicólogas descreveram diferentes meios de acesso das adolescentes aos serviços de saúde mental nos Centros de Saúde (CS). A psicóloga do Distrito Continente destacou a atuação nas escolas por meio do PSE como uma estratégia eficiente para promover o acesso e adesão das adolescentes. Ela também mencionou um sistema de triagem de saúde mental realizado por profissionais de Enfermagem e Medicina, que avaliam se um caso deve ser atendido pela Psicologia ou encaminhado para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em situações de crise. A psicóloga do Distrito Norte descreveu dois principais fluxos de acesso: a demanda espontânea, tanto por parte das adolescentes quanto das famílias, e o encaminhamento pela escola.

3.3.2 Barreiras e Facilitadores de Acesso

O acesso aos serviços de saúde mental para adolescentes enfrenta diversas barreiras e facilitadores. A psicóloga do Distrito Sul identificou obstáculos como a falta de proximidade no acompanhamento, linguagem inadequada, ausência de espaços de expressão (como oficinas de arte) e a percepção dos Centros de Saúde (CS) como voltados para adultos. A psicóloga do Distrito Norte destacou a falta de comunicação e coordenação entre os serviços, sublinhando a necessidade de uma abordagem intersetorial que integre instituições como CRAS, escolas e CAPS para atender às diversas necessidades dos adolescentes.

Os facilitadores de acesso incluem intervenções no território, como a participação das equipes de saúde em eventos locais, que criam um ambiente mais acolhedor e acessível. No Distrito Continente, a possibilidade de solicitar consultas ginecológicas sem detalhar sintomas e a criação de grupos de escuta psicossocial e reuniões intersetoriais mensais no PSE foram estratégias eficazes. Esse programa, portanto, emerge como um facilitador significativo, promovendo a prevenção e a atenção à saúde entre adolescentes da rede pública de ensino (BRASIL, 2011; BRASIL, 2018).

3.3.3 Barreiras e Facilitadores na Continuidade do Acompanhamento Psicológico

A psicóloga do Distrito Norte destacou que a continuidade do acompanhamento das adolescentes é favorecida pela participação em grupos terapêuticos e pela colaboração com escolas e projetos comunitários. No Distrito Continente, a psicóloga ressaltou a necessidade de uma abordagem integrada, envolvendo toda a rede de apoio, como escolas, famílias e equipes de saúde, para superar dificuldades práticas enfrentadas pelos adolescentes, como sobrecarga de responsabilidades e expectativas parentais que limitam a participação em psicoterapia. Em geral, as psicólogas identificaram mais barreiras do que facilitadores para o acesso e continuidade dos adolescentes aos serviços de saúde mental, incluindo questões estruturais e organizacionais, limitação de recursos e falta de coordenação entre instituições. No entanto, estratégias como o encaminhamento para grupos terapêuticos e a articulação intersetorial foram destacadas como formas de promover a continuidade do cuidado, refletindo a necessidade de um atendimento integral.

3.3 ESTRATÉGIAS E REFLEXÕES DE INTERVENÇÃO

Para superar as barreiras ao acesso das adolescentes aos serviços de saúde, as entrevistadas sugeriram principalmente a expansão do número de profissionais e das estruturas físicas dedicadas à saúde mental. A escassez de psicólogos nos Centros de Saúde da capital limita a atuação desses profissionais, evidenciada pela sobrecarga e a necessidade de mais recursos humanos para melhorar o acesso. A insuficiência de recursos e a sobrecarga de trabalho comprometem a qualidade dos serviços, conforme apontado por Damascena e Vale (2020). As entrevistadas também destacaram a necessidade de educação permanente para desestigmatizar a saúde mental e a falta de práticas institucionalizadas na Psicologia da Atenção Básica. A falta de políticas de Estado e a precariedade na gestão pública são apontadas como responsáveis pela escassez de serviços e pela falta de investimentos substanciais em saúde mental (Ferreira et al., 2021).

4 CONCLUSÃO

Este estudo destacou a complexidade e a importância do acesso aos serviços de saúde mental para meninas adolescentes em Florianópolis/SC, evidenciando barreiras e estratégias para superá-las. Disparidades de gênero e condições socioculturais desempenham papéis cruciais nas dificuldades enfrentadas por essas adolescentes ao buscar apoio psicológico.

As adolescentes atendidas nos Centros de Saúde enfrentam desafios significativos,

como vulnerabilidade social, baixa renda e fragilidade nas relações familiares. Esses fatores, combinados com problemas como ansiedade, depressão, gravidez precoce, abusos e violência doméstica, comprometem seu desenvolvimento biopsicossocial. A falta de suporte adequado e a continuidade de um ciclo de desvantagens refletem a necessidade urgente de uma abordagem mais robusta e integradora na Atenção Básica.

Apesar da importância da atuação da Psicologia, limitações estruturais e recursos insuficientes são evidentes. Estratégias como intervenções breves, grupos de apoio e ações em territórios frequentados pelas adolescentes são adotadas, mas a sobrecarga de responsabilidades, a falta de familiaridade com os Centros de Saúde e a escassez de profissionais persistem como obstáculos. Melhorar a comunicação e adaptar as estratégias às especificidades regionais são medidas importantes para otimizar o acesso e a continuidade do cuidado psicológico.

Para avançar na promoção da saúde mental das adolescentes, é essencial integrar os diferentes serviços e revisar as políticas públicas voltadas para a Atenção Básica. Fortalecer equipes multiprofissionais, ampliar estruturas dedicadas e promover educação continuada dos profissionais são medidas cruciais para garantir um atendimento integral e efetivo. Somente um esforço conjunto e direcionado permitirá enfrentar os desafios e promover uma saúde mental adequada para todas as adolescentes atendidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, [S. l.], n. 31, 2013. Disponível em: <<https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/132>>.

BENETTI, Sílvia Pereira da Cruz et al. Adolescência e Saúde Mental: Revisão de Artigos Brasileiros Publicados em Periódicos Nacionais. *Cadernos de Saúde Pública (online)*, Porto Alegre, v.23, n. 6, p.1273-1282, jun. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/LbqLvbFcrnFLsGBDXWLjLgp>>.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-do-adolescente/diretrizes>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Passo a passo PSE: **Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/passos_a_passo_programa_saude_escola.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica.pdf>.

CFP. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na Atenção Básica à Saúde**. Brasília, DF: CFP, 2019. Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/CFP_atencaoBasica-2.pdf>.

DAMASCENA, Dhuliane Macêdo; VALE, Paulo Roberto Lima Falcão do. Tipologias da precarização do trabalho na atenção básica: um estudo netnográfico. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S. l.], v. 18, n. 3, 2020. Disponível em <<https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/766>>.

FERREIRA, Guilherme Severo et al. As práticas da psicologia no contexto interdisciplinar no NASF: uma revisão sistemática. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 14, n. spe, p. 1-24, dez. 2021. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000300009&ln>

FREIRE, Francisca Mariana de Souza; PICHELLI, Ana Alayde Werba Saldanha. O Psicólogo apoiador matricial: percepções e práticas na atenção básica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 1, p. 162-173, 2013. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/QZjPSWz7x9cGxhrMX6CnzFN/abstract/?lang=pt>>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

HINTIKKA, J. et al. Mental disorders in self-cutting adolescents. **Journal of Adolescent Health**, 44(5), 464- 467, 2009. doi: 10.1016/j.jadohealth.2008.10.003.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org) et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: **Editora Vozes**, Cap. 3. p. 51-66, 2002.

SANTOS, Abrahão de Oliveira. Saúde mental da população negra: uma perspectiva não institucional. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN)*, [S. l.], v. 10, n. 24, p. 241-259, 2018. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-33771>

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helen. **A adolescência e a identidade: Uma proposta de intervenção**. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em <<https://www.metuia.ufscar.br/estado-da-arte/prioridade/teresa-helena-schoen-ferreira.pdf>>

SOLAR, O.; IRWIN, A. A conceptual framework for action on the social determinants of health: social determinants of health discussion paper 2. Geneva: WHO, 2010. (Discussion Paper Series on Social Determinants of Health). Disponível em <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/44489/9789241500852_eng.pdf?sequence=1>.

TRISTÃO, Kelly Guimarães; AVELLAR, Luziane Zacché. A estratégia de redução de danos no cuidado a adolescentes em uso de substâncias psicoativas. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, [S. l.], v. 11, n. 30, p. 55-77, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69726>.